

Liberdade vigiada (com a delicadeza de um “clipping moderno”)

written by Amadeu Ricardo | 14 de Abril, 2026

OCIDADÃO
Journalism Libre

OPINIÃO
Amadeu Ricardo



Há uma elegância particular nas técnicas contemporâneas para exercer o controlo: mas que não se apresentam como tal. Preferem um léxico mais neutro, sob a aparência técnica, é a tranquilidade das palavras que não ferem. “Clipping moderno”, é um exemplo. Quase que soa a progresso. Quase...

14 de abril de 2026

NACIONAL 15

NACIONAL

Governo chamado a explicar compra de serviço capaz de monitorizar jornalistas

REAÇÕES



André Moz Caldas
PS

“Se o Governo não tiver nada a esconder, estas perguntas têm resposta o mais urgentemente possível nas próximas horas”



Fabian Figueiredo
BE

“Num Estado de Direito democrático, o Governo e as autoridades públicas não vigiam, não perfilam e não monitorizam a comunicação social”



Luís Simões
Sindicato dos Jornalistas

“Esses rankings dos jornalistas, farão o quê? Que alguns jornalistas possam ser privilegiados ou prejudicados no seu acesso à informação? Tudo isto pode ser muito perigoso”

Ferramenta NewsWhip permite catalogar profissionais da comunicação social

Executivo pagou 40 mil euros e diz que se trata de um “clipping moderno”



Partidos pedem explicações a Leitão Amaro (à direita)

Rita Neves Costa
rita.n.costa@jn.pt

ESCRUTÍNIO A Oposição quer que o Governo esclareça os moldes do uso da ferramenta NewsWhip, que permite monitorizar a importância de temas na opinião pública e identificar os jornalistas com “as vozes mais influentes e com maior presença numa crise”, através da análise de meios de comunicação online e das redes sociais. A Secretária-Geral do Governo, estrutura criada para prestar aconselhamento ao Executivo da AD, argumenta que o serviço contratado por 40 mil euros é um tipo de “clipping [recolha seletiva de notícias] moderno” e não serve para vigiar jornalistas. Os serviços da empresa irlandesa NewsWhip, adquirida em julho de 2025 pela tecnológica

norte-americana Sprout Social, foram contratados no início de abril pela Secretária-Geral do Governo por quase 40 mil euros. Na descrição publicada no Portal Base, de contratos públicos online, é descrita como a “aquisição de uma plataforma digital avançada de análise preditiva”. Em fevereiro do ano passado, a Secretária-Geral da Presidência do Conselho de Ministros já tinha comprado, por 20 mil euros, licenças de software da mesma ferramenta. Entre os serviços prestados pela plataforma estão a monitorização em tempo real de notícias e publicações na internet, a previsão de como a opinião pública irá reagir a um acontecimento, a identificação de desinformação e também dos jornalistas com “as vozes mais influentes e com maior presença” num momento

de crise. No site da empresa, aparece descrito como uma “tabela de classificação dos principais autores”, que permite “monitorizar os jornalistas certos e criar listas de média mais eficazes”. André Moz Caldas, membro do secretariado nacional do PS, exigiu ontem, em conferência de Imprensa, que o Governo divulgue qual o caderno de encargos do uso da NewsWhip e que garanta que “não é, nem será, utilizada para fins partidários”. Fonte oficial do Chega adiantou que o partido vai apresentar um requerimento e chamar o ministro da Presidência, com tutela da comunicação social, ao Parlamento.

USO DE DINHEIRO PÚBLICO O deputado do BE, Fabian Figueiredo, disse ser “particularmente grave” a “construção, com dinheiros públicos, de perfis individualizados e hierarquizados de jornalistas em função da repercussão do seu trabalho”. O partido dirigiu perguntas ao ministro de António Leitão Amaro a questionar o interesse público da utilização da plataforma.

Já a Secretária-Geral do Governo “rejeita liminarmente as acusações” de que os serviços da NewsWhip foram contratualizados para catalogar jornalistas. Em comunicado, a estrutura aponta que a ferramenta serve para “acompanhar as grandes tendências de opinião expressa sobre temas de políticas públicas”.

O presidente do Sindicato dos Jornalistas afirmou à rádio TSF que vai pedir explicações ao ministro da Presidência, considerando que qualquer “ranking de jornalistas é inaceitável”. Luís Simões questiona se, com a análise feita pela ferramenta, alguns jornalistas vão ser prejudicados no acesso à informação. O JN pediu uma reação ao Ministério da Presidência, mas não obteve resposta em tempo útil. ♦

JN. Direitos Reservados

A ferramenta NewsWhip entra neste cenário como quem não quer nada, quase “ingénua”: mede, organiza, e analisa. Tudo dentro do razoável. Tudo muito justificável. Afinal, quem pode ser contra uma organização da informação? Quem terá legitimidade para levantar suspeitas sobre uma tecnologia que apenas “acompanha tendências”?

O grande problema é este, quando o poder decide acompanhar as tendências, raramente ou nunca se fica por aí. Catalogar jornalistas. Identificar os “mais influentes”. Perceber quem tem mais presença nos momentos de crise. Tudo isto pode ser apresentado como mera análise. Mas também pode

ser entendido como aquilo que é efetivamente : um esquema ou um diagrama do espaço crítico. Uma cartografia de quem fala – e de quem pode vir a ser inconveniente.

Não digo que seja perigoso.

Digo que é conveniente.

Útil, e muito, para quem governa e pretende antes de tudo conhecer o terreno antes de pisar nele. Pertinente para antecipar as vozes, medir os impactos, talvez até ajustar os discursos. Tudo isto sem nunca beliscar diretamente a liberdade de imprensa. Porque já não é necessário.

A sofisticação está precisamente aí.

Não se pretende calar ninguém. Não se pretende proibir nada. Não há cortes, nem uma censura visível. Há apenas um sistema que observa, regista e organiza. E isso basta. Porque a liberdade não desaparece apenas quando é retirada – também se dissolve quando começa a ser observada de forma sistemática.

As reações de André Moz Caldas, Fabian Figueiredo e Luís Simões ajudam a compor o ramalhete, mas talvez fiquem aquém do essencial: não estamos só perante uma questão de transparência ou de explicações. Estamos perante uma mudança do paradigma.

A imprensa deixa de ser um espaço imprevisível para passar a ser um território analisado. Estudado. E Potencialmente antecipado. Ou Seja, Domesticado.

E quando o poder começa a antecipar a crítica, a crítica perde parte da sua força.

Mas claro – tudo isto é feito em nome da modernização. Em nome da eficiência. Em nome da necessidade de compreender melhor o espaço público. As palavras certas, no tom certo, com a dose certa de ambiguidade.

É assim que as coisas avançam.

Sem ruído. Sem choque. Sem escândalos imediatos. Tudo na surdina, apenas com pequenos ajustamentos que, somados, reconfiguram o que anteriormente parecia intocável, a LIBERDADE DE IMPRENSA.

A liberdade de imprensa não vai desaparecer de um dia para o outro. Vai sendo redesenhada – lentamente – até que chega um dia e percebemos que continua a existir, mas já não é a mesma.

Não é perigoso.

É mais eficaz do que isso.

E no fim disto tudo, ainda há quem bata palmas – porque foi tudo feito com jeitinho, com palavras mansas e relatórios bem alinhados. No fundo, é o velho truque com um fato novo: ninguém tira nada a ninguém, mas também já ninguém diz o que quer sem sentir o peso do olhar em cima. E isto torna-se ainda mais grave quando falamos da mais democrática de todas as liberdades: a liberdade de imprensa – precisamente aquela que devia existir sem mapa, sem guia, sem vigilância.

Aqui, pelo Porto, já se conhece a cantiga há muito: “*com papas e bolos se enganam os tolos*”. E a verdade é que isto não é sobre proibir – é sobre amansar. Vai-se afinando o espaço, aparando as arestas, até que a liberdade, essa, continua lá... mas só para inglês ver. Porque quando se chega a este ponto, já não é preciso mandar calar – basta que cada um aprenda, sozinho, até onde pode ir.